

ALGUMAS PALAVRAS SOBRE A MORAL DA CRIANÇA SEGUNDO JEAN PIAGET*

Ingrid Lira Rocha** – ingridrocha@gmail.com
Psicóloga pela Universidade Federal do Ceará
Mestre em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco

**Colaborou Leonardo Ruoso – leonardo@ruoso.com

**O julgamento moral da criança (Jean Piaget)
A moral em Jean Piaget (Lia Freitas)*

*As mãos usadas para acariciar
não deveriam ser usadas para machucar*

Anomia

O raciocínio moral do bebê

Conforme sua capacidade cognitiva, quaisquer limites são estritamente temporários para um bebê, que ainda não é capaz de obedecer a regras, pois não reconhece causa e efeito.

O bebê é motivado por seus impulsos e desejos imediatos e o mundo para ele não é nada mais que uma continuação de seu próprio corpo.

O estágio de raciocínio moral do bebê é denominado anomia, pois é um estágio em que o indivíduo não percebe a existência da moral e não tem capacidade para fazer julgamentos.

A melhor forma de evitar as ações ou comportamentos indesejados ou inseguros de um bebê é oferecendo-lhe atividades alternativas.

Heteronomia

O raciocínio moral da criança a partir dos dois anos

A partir de dois anos a criança pode perceber o mundo como algo distinto de si mesma, pois passa do estágio sensório-motor para o simbólico (pré-operatório) e se torna capaz de estabelecer relações, mas essa percepção do mundo externo tem somente a si mesma como referencial. Para a criança o mundo externo é regido pelas mesmas leis que regem seu próprio corpo.

A criança do simbólico é capaz de estabelecer relações, mas essas relações ainda são limitadas, pois tendo apenas a si mesma como referencial e dependendo de evidências concretas para lidar o mundo que a cerca, a criança reconhece a existência de um outro sem perceber que esse outro pode não estar pensando o mesmo que ela.

Durante essa fase a criança vivencia o realismo moral, que pode ser entendido a partir de duas tendências predominantes: (1) a tendência a considerar as normas como exteriores a si e segui-las ao pé da letra sem a compreensão de princípios implícitos e (2) a tendência de julgar a gravidade de uma falta a partir de seu resultado ou de seu caráter material e não em função da intenção do indivíduo.

As regras estabelecidas pelos pais são denominadas

consignes por conta da maneira como são compreendidas pelas crianças. Essas regras são tão certas quanto as leis naturais da física ou da biologia. São como um dever a ser cumprido como garantia do amor de seus pais.

A relação que a criança do simbólico estabelece com seus pais é uma relação de respeito unilateral, que é sustentado pela necessidade da criança de ter o amor dos pais e pelo temor em perdê-lo. A relação da criança para com os pais é bastante diferente da relação que os pais estabelecem com a criança, que é voltada para o cuidado, para evitar danos e para os desejos e necessidades da criança. O adulto não recebe ordens da criança, pois mesmo que as “receba” não se sente obrigado a atendê-las.

A criança que entra no simbólico passa a perceber a existência das regras, mas a obrigação de atendê-las nada tem a ver com seu conteúdo, restringindo-se a obrigação ao fato de que emanaram de seus pais. Para essa criança os pais são os detentores da verdade universal.

O realismo moral é elemento do estágio heterônomo do raciocínio moral, um estágio em que a escala de valores de um indivíduo é externa a si. A criança do simbólico não tem a capacidade de compreender que há diferentes formas de agir e pensar e não se julga apta a criar suas próprias regras ou a discordar das regras estabelecidas.

A moral heterônoma baseia-se numa relação de coação que pode se dar tanto entre dois indivíduos, como em toda a pressão de um conjunto de tradições sobre uma comunidade.

A coação social conduz inevitavelmente ao conformismo ao sentimento de obrigação e não à compreensão verdadeira da regra, por isso a criança pode demonstrar a veneração consciente de alguma regra e mesmo assim não ser capaz de agir em concordância, pois a capacidade de enunciar uma regra não implica que a criança seja capaz de usá-la como um guia para as suas ações.

Uma criança cujo raciocínio moral é heterônomo pode enunciar que é errado bater, mas usar o tapa ao ser contrariada pelo colega, pois o mecanismo de coação não permite que o indivíduo aproprie-se das regras.

Durante o estágio simbólico a coação social e o realismo

moral são decorrentes das limitações cognitivas próprias da criança nessa fase do desenvolvimento, mas a atitude dos pais pode reforçar ou não essas limitações.

Uma criança que não tem espaço para contestar as regras, para emitir suas opiniões ou que não participa ativamente do processo de julgamento de suas ações terá dificuldade a superar essa fase.

A partir dos dois anos as crianças vão se tornando capazes de compreender regras simples, claras, precisas e consistentes. A criança também precisa que as regras sofram refinamentos constantes, graduais e progressivos.

Se é gentil escrever a dedicatória em um livro que se dá de presente, a criança naturalmente deduz que seria super carinhoso enriquecer as ilustrações do exemplar raro da Divina Comédia.

Se é permitido recortar revistas velhas para fazer o trabalho da escola, também é correto recortar o livro emprestado da biblioteca.

As crianças do simbólico não são capazes de se colocar no lugar do outro, por isso os pais precisam estar alertas às inconsistências cotidianas triviais e imperceptíveis nas regras que estabelecem, mesmo aquelas que não são verbalmente enunciadas.

A criança não pode se colocar no lugar dos pais para compreender que nos dias em que o trabalho foi mais leve os pais estão disponíveis para viver com elas uma experiência rica e satisfatória, mas que essa disponibilidade desaparece nos dias mais estressantes.

É necessário que a criança proteste da forma que puder contra o descumprimento da regra pelos pais e natural que busque o restabelecimento da ordem que lhe é mais satisfatória.

Também é natural do raciocínio moral heterônomo que a criança vivencie conflitos cognitivos entre sua necessidade de desafiar os limites e da obediência ao pais, conflito interno que se agrava na ausência dos pais.

Os conflitos cognitivos são essenciais para o processo de aprendizado da criança, que precisa aprender a lidar com a passagem do tempo e com a permanência das regras apesar da ausência do indivíduo do qual a lei emana, mas o para o observador despreparado esse exercício pode parecer um ato de desobediência descarada e desrespeitosa.

A criança do simbólico tem na imitação um de seus principais processos de aprendizagem, então é necessário que os pais reflitam bastante sobre suas próprias ações e sobre como estabelecem e aplicam as regras para os filhos, pois é a maneira como os pais estabelecem e aplicam as regras e como procedem com o

julgamento das ações da criança que é aprendida pela criança como o modo correto de agir com todos os demais.

O que os pais estão ensinando em primeiro lugar ao bater nos filhos é que bater e apanhar, e não apenas bater como muitos poderiam pensar, são mecanismos válidos e indispensáveis para a garantia do cumprimento das regras, bem como para a manutenção de uma relação de amor e cuidado.

Quando os pais batem nos filhos reforçam na criança o temor de perder o amor dos pais, reforçam o realismo moral e reforçam a coação social.

Então, ao bater, os pais dificultam o desenvolvimento cognitivo e moral da criança, pois a privam do ambiente seguro e tranquilo necessário à livre expressão das ideias, à contestação e à discussão das leis.

É somente a partir das oportunidades de debater sobre as regras e suas aplicações na vida prática que o indivíduo se torna capaz de apropriar-se delas como guias para suas ações.

À medida que a criança caminha para o operatório-concreto vai gradualmente adquirindo a capacidade de modificar as regras e de agir conforme valores socialmente compartilhados.

Da heteronomia à autonomia O raciocínio moral da criança a partir dos sete anos

O raciocínio moral da criança no operatório-concreto continua heterônomo, mas suas experiências podem ajudá-la a construir gradualmente um raciocínio moral autônomo.

Ao perceber que o outro com o qual se relaciona pode pensar ou agir de forma diferente de si, a criança pode compreender que a verdade não é unilateral, mas precisa de uma correspondência observável. A percepção de que o outro pode ter um pensamento distinto do dela só pode ocorrer no campo da ação.

A criança do operatório-concreto não tem capacidade cognitiva para a reflexão sobre seu comportamento, sobre as regras ou sobre leis teóricas. As pessoas e os atos são julgados por uma escala de valor absoluta.

A criança vai se tornando cognitivamente apta a perceber que as leis e as regras existem por terem sido criadas por pessoas e que, por isso, podem ser avaliadas ou modificadas de acordo com a ocasião, com isso vai se tornando capaz de experimentar o respeito mútuo.

A relação da criança com seus pais também vai se transformando. Os pais passam a ser vistos cada vez mais como “iguais” e cada vez menos como “quem dita

as leis”.

Sem capacidade de abstração a criança do operatório-concreto ainda não percebe intenções e estabelece o certo e o errado em seus julgamentos pelos valores que assumiu para si mesma.

Como seu raciocínio se dá no universo concreto, não pode perceber as intenções dos outros e os julga apenas pelos resultados concretos de suas ações.

A criança torna-se agora capaz de estabelecer relações de reciprocidade, mas essa reciprocidade é limitada, pois é espontânea, tal como nas relações de amizade.

A reciprocidade espontânea acontece quando há o compartilhamento de valores comuns e não é preciso um esforço de abstração ou de readaptação para que o respeito mútuo seja estabelecido.

A criança precisa vivenciar a reciprocidade espontânea como uma etapa rumo à reciprocidade normativa, mas o sentimento que a rege é o de simpatia e não o de dever.

As regras ainda são externas, mas a criança precisa contestá-las e questioná-las, por isso não basta que as regras sejam fáceis de entender, não basta que as regras sejam curtas, claras e precisas, as regras precisam de fundamentação.

A criança precisa aproveitar as oportunidades de contestação e de questionamento das regras e das leis para articular seu desenvolvimento moral rumo à autonomia e tanto o ambiente doméstico quanto o ambiente escolar tem papel decisivo em incentivar ou reprimir esse aprendizado.

A criança precisa questionar a existência das regras, precisa comparar as regras de sua casa com as da escola e com as regras da casa de seus colegas, mas seus julgamentos são ainda balizados pela materialidade e pelo concreto e não por princípios.

As mentiras, por exemplo, podem ser motivo de atrito entre a criança e seus pais, pois para a criança do operatório-concreto uma mentira se torna mais errada à medida em que foge da sua concepção de realidade.

Para a criança, dizer que ganhou um brinquedo que na verdade foi tomado sem permissão do colega não lhe parece grave, sendo compreendido apenas como uma pequena distorção. Grave seria dizer que o brinquedo lhe fora dado de presente por um duende.

A criança precisa conversar com tranquilidade sobre os valores que motivam as ações, precisa ser incentivada a expor suas intenções no momento em que suas ações estão sendo julgadas, bem como a prestar atenção às intenções dos outros no momento em que as ações daqueles estiverem em julgamento.

O exercício de reflexão precisa ser constantemente

incentivado. A partir dos sete anos a criança já está apta a participar com os pais de reflexões sobre o mundo extra-familiar.

Discutir com os filhos a respeito do conteúdo repleto de estereótipos e de preconceitos veiculado diariamente pelos media pode ser uma experiência rica para seu desenvolvimento moral e cognitivo.

O exemplo continua sendo um mecanismo importante de aprendizagem. Dificilmente uma criança chegará ao estágio de se colocar no lugar do outro para julgá-lo se esse exercício não for praticado por seus pais em seus próprios julgamentos.

Ao incentivar que a criança busque outros ângulos para compreender um mesmo acontecimento, ao incentivar que a criança se coloque no lugar daquele que está sendo julgado, proporciona-se à criança a oportunidade de desenvolver seu raciocínio moral rumo à autonomia e uma criança capaz de perceber a realidade por diversos ângulos está preparada para lidar com os cenários de diversos tipos de abuso.

Em casos de *bullying*, por exemplo, o indivíduo cuja moral é heterônoma acredita sinceramente que os valores compartilhados por seu grupo são válidos para todos e, se acreditar que bater é uma forma de expressão válida, aceitará tanto que os colegas o machuquem quando não se considerarem capazes de acompanhá-los, quanto que é legítimo bater ou humilhar aqueles que lhe parecerem inferiores ou subalternos.

Potencial para a autonomia O raciocínio moral do adolescente a partir dos 12 anos

A partir dos 12 anos a criança passa por um conjunto amplo de transformações e passa a ser denominada de adolescente. É o período em que deve chegar ao estágio cognitivo denominado operatório-formal, no qual se torna apta a alcançar o estágio do raciocínio moral denominado autonomia.

Para alcançar a autonomia é preciso que o adolescente seja capaz de usufruir das oportunidades de discussão sobre as regras e que a opinião de todos seja ouvida e considerada em seu ambiente sociofamiliar.

Para chegar à moral autônoma os adolescente precisam tornar-se capazes de estabelecer relações de respeito mútuo e isso depende de terem incorporado mais mecanismos de cooperação do que de coação em sua trajetória até a adolescência.

O adolescente passa a trabalhar com hipóteses e reflexões conceituais, podendo ter grande interesse por discussões acerca de conceitos como justiça e honestidade, certo e errado.

Precisam discutir exaustivamente as regras durante os jogos e descobrem que podem aplicar exceções depois de avaliações bastante extensivas.

O adolescente pode alcançar o estágio da moral autônoma, mas para isso precisa que suas relações evoluam da reciprocidade espontânea para a reciprocidade normativa.

Para que se tornem capazes de construir relações cuja reciprocidade seja normativa, os adolescente precisam experimentar relações cujo respeito mútuo seja bastante forte, tão forte que os indivíduos envolvidos experimentem interiormente a necessidade de tratar aos outros da forma como gostariam de ser tratados.

O adolescente precisa perceber que em seu universo as pessoas reconhecem as obrigações e os valores dos demais como tão válidos e importantes quanto os seus próprios.

O julgamento moral autônomo só pode surgir quando suas relações evoluem da reciprocidade espontânea para a normativa, ou seja, quando as ações passam a ser balizadas pela satisfação do outro e avaliadas de acordo com suas intenções, mesmo quando as pessoas envolvidas possuem escalas de valores diferentes.

Somente a partir de valores distintos é que os dilemas precisam resolvidos a partir da substituição recíproca de escalas, por isso as experiências de intercâmbio cultural são muito importantes a partir dessa idade.

Ao alcançar o estágio da autonomia o indivíduo se torna responsável por suas próprias escolhas, que passam a ser avaliadas de acordo com um referencial interno e não pela imposição de terceiros, e torna-se capaz de julgar as ações de terceiros a partir das intenções daqueles, sem visar sua própria satisfação individual e sem se desfazer de sua própria escala de valores para compreender a do outro.

As ações realizadas com o objetivo de aumentar o prestígio pessoal ou que são avaliadas de acordo com uma escala de valor pessoal não requerem o estágio da moral autônoma.

Considerações finais

Os pais precisam ser capazes de se colocar no lugar da crianças para que possam estabelecer regras e julgar as ações das crianças de forma satisfatória.

As ações dos pais são seu principal mecanismo de ensino, por isso precisam compreender que ao criar e aplicar as regras estão também ensinando às crianças como proceder nos momentos de conflito.

Os pais devem lembrar que ao bater estão ensinando

seus filhos tanto a bater quanto a apanhar e, em especial, estão ensinando-lhes que bater e apanhar são expressões válidas de amor e de cuidado.

Respire fundo antes de agir

Os momentos de raiva não são adequados para tratar da aplicação de regras com os filhos. Deve-se evitar discutir na hora da raiva para não magoar – ou machucar – uma criança para sempre.

Exemplo é básico

Nada de pedir à criança que respeite as pessoas e na sequência xingar alguém no trânsito, por exemplo, ou de dizer que não bata nos menores e dar-lhe umas palmadas de vez em quando.

Basta de violência no mundo

E se um funcionário é agredido pelo chefe por conta de um erro cometido? Ao tratar as crianças como se deseja ser tratado constrói-se um mundo melhor para todos.

Não descontar na criança o estresse do dia

Ao chegar cansado do trabalho é melhor pedir um tempinho aos filhos, tomar um banho, relaxar um pouco e só depois ficar perto deles, mesmo que seja apenas por meia hora.

Aproximar-se para uma conversa séria

Ao conversar com as crianças, deve-se manter um tom de voz baixo e calmo e, especialmente ao repreendê-las, deve-se dar as mãos à criança, pois o contato físico ajuda a gerar confiança.

Não deixar o pedido de desculpas para depois

Quando se arrepender de uma atitude, como das palmadas que deu no filho num momento de descontrole, deve-se ser sincero ao explicar o erro cometido e manifestar o arrependimento. A criança precisa aprender que pedir desculpas não é um ato vergonho e que reconhecer o próprio erro não diminui quem o faz.

Escutar a criança e se colocar em seu lugar

Todos tem direito a serem ouvidos antes de serem julgados, mas as crianças nem sempre estão prontas a elaborar por si mesmas seus motivos e intenções. As crianças precisam ter o direito de se defender, sempre, e precisam da ajuda dos pais para aprender a fazê-lo.

Valorizar as boas atitudes

Os elogios servem de estímulo para que a criança sinta que é capaz de agradar. Sem elogios a criança pode entender que nunca é capaz de atender as expectativas dos pais

Começar desde cedo

É preciso criar espaços para o diálogo com as crianças desde quando ainda são bem pequenas. A mais discreta das atitudes pode ter grandes consequências.